

EXTRA-CLASSE

Cotas aprovadas: fim da polêmica?

Depois de muita pressão, a favor e contra, foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSM (CEPE), por diferença de apenas 1 voto (19 a 18), o Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Racial e Social. No dia da votação, na sexta, 13 de julho, integrantes de diversos movimentos sociais, entre eles, dos Negros, ocupou a ante-sala onde se reuniram os conselheiros. A decisão na UFSM foi tomada poucos dias após decisão semelhante ter sido aprovada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tanto lá como aqui, as deliberações foram precedidas por manifestações absurdamente preconceituosas, principalmente no que se refere aos descendentes afro. Em Santa Maria, tornou-se comum os "opinionistas" de plantão ocuparem espaços em rádios e jornais argumentando sobre uma discriminação às avessas.

Em que pese a polêmica que cerca o tema, com a colocação de dúvidas sobre a eficácia das cotas, que tem inclusive posição contrária tirada no Congresso do ANDES – Sindicato Nacional, em março deste ano em Campina Grande (Pb), a discussão acabou dando visibilidade aos traços de injustiça ainda presentes na sociedade brasileira, dentre os quais, a exclusão. O lado menos alegre da questão é que se descobriu que, tantas décadas depois das derrotas dos regimes autoritários, ainda viceja no limbo uma mentalidade, felizmente minoritária, de

simpatizantes de uma visão de mundo facistóide, como se viu pelas frases racistas pichadas em muros próximos ao campus da UFRGS.

No caso da UFSM, conforme nota da coordenadoria de Comunicação Social da UFSM, apesar da diferença apertada a favor da proposta da Reitoria, capitaneada pela pró-reitoria de Graduação, "entre os conselheiros que votaram não à íntegra da nova Resolução, havia um consenso em torno da implantação de ações afirmativas e de cotas sociais. A divergência esbarrou em pontos relativos às cotas raciais e à forma de encaminhamento da votação. Vários deles defendiam a discussão artigo por artigo, com a possibilidade de destaques que contemplassem a inclusão de contribuições ao documento."

Os autores da proposta de resolução aprovada pelo CEPE foram as professoras Jânia Saldanha e Deisy Freitas Ventura. Acompanhe a seguir o que está previsto já para o próximo ano nos processos seletivos - Vestibular, Peies e Ingresso, Reingresso e Transferências:

- 10% das vagas para afro-descendentes;
- 20% para alunos que cursaram todo o ensino fundamental e médio em escolas públicas;
- 5% para portadores de necessidades especiais;
- 5 vagas (em 2008) para indígenas;

REINALDO PEDROSO**-PAN!**

-TAM..

reinaldo

("O circo pegou fogo", literalmente.)

Fotos: JAIR ALAN SIQUEIRA



Reunião do CEPE que aprovou a reserva de vagas na UFSM

Democratizar o acesso

Durante o processo de discussão para a implantação das ações afirmativas na UFSM, algumas entidades acompanharam o processo de perto, inclusive fazendo críticas à forma pouco discutida na definição dos percentuais da reserva de vagas. Participaram dessas discussões pela SEDUFSM, inicialmente, o professor Carlos Pires, do departamento de Geociências e, depois, substituído pelo professor Júlio Quevedo dos Santos. A professora do departamento de Letras Estrangeiras, Carmem Deleacil Nassar esteve envolvida como integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB). No somatório final, a avaliação sobre a decisão do CEPE foi positiva. Acompanhe a seguir as opiniões, dentre as quais, a da professora Jânia Saldanha, do departamento de Direito da UFSM, uma das autoras da proposta de resolução da política de ações afirmativas:

"A UFSM, através do CEPE, aprovou a proposta de políticas de ações afirmativas, contemplando cotas para afro-descendentes, índios e portadores de necessidades especiais. É uma conquista dos movimentos sociais organizados, especialmente por vários frentes do movimento negro, que retiraram a *questão do racismo e da discriminação* da zona de invisibilidade para a qual a *ideologia da democracia racial* os havia empurrado. Não se pode considerar que as políticas afirmativas, particularmente a reserva de vagas, possam ser remédio definitivo para *elitização do ensino superior*."



Movimentos Sociais pressionaram nos corredores da Reitoria

A luta pela democratização do acesso à universidade pública envolve luta pelo acesso e permanência numa educação pública de qualidade em todos os níveis, inclusive no ensino fundamental e médio. Tais políticas também não são remédio definitivo para o racismo, pois à desigualdade de classes se sobrepõem outras formas de discriminação e desigualdades. As instituições, tais como as universidades e prefeituras devem buscar estratégias para assegurar acesso à educação de qualidade para todos." **(Carlos Alberto da Fonseca Pires)**

"Até agora entravam nas universidades, sobretudo, jovens brancos com "mérito" econômico, pois podiam estudar nas melhores escolas, pagar cursinhos, assinar revistas e (óbvio) ter melhor desempenho no vestibular. Com a reserva de vagas damos aqueles, que não tem os referidos privilégios, a chance de fazer um curso universitário. Não estamos excluindo uns em benefício de outros, mas dividindo as vagas que até agora ficavam com alguns afortunados." **(Carmem Deleacil Nassar)**

"A aprovação pelo CEPE do Projeto de Resolução de Ações Afirmativas para inclusão racial e social proposto pela UFSM significa a escolha Institucional em dar concretude ao conteúdo substancial da Constituição Brasileira, por meio do pleno exercício do princípio da autonomia universitária (art. 207 da CF) e em respeito a um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil que é o da erradicação das desigualdades materiais (art. 3º, III). Trata-se de uma vitória da sociedade brasileira, cujas exigências de implementação a UFSM saberá cumprir, assim como o tem feito em tantos outros campos a que tem sido chamada ao longo de sua história, motivo de seu prestígio e respeito no cenário regional, nacional e internacional." **(Jânia Saldanha)**